

**Relatório de viagem à Porto Alegre, Rio Grande do Sul nos dias 07 e 08 de novembro de
2024**

Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

DIA 07 de 08 de novembro

PAUTA:

Catástrofe Hidrogeoclimática

Necessidade de tecnologias sociais criadas pela comunidade

Agricultura X Agronegócio - hoje não se trabalha a terra (não tem mais cultura, só negócio)

Relatos Conselheiros:

Darcy da Silva Costa - Movimento Nacional Pop Rua (MNPR)

- Dificuldade do acesso da população aos abrigos, existindo uma especie de apartheid;
- Incêndio da pousada garoa - pop rua exige responsabilização e indenização sobre o incêndio, até agora não tem inquérito, laudo e nem perícia. A recomendação do CNDH é encaminhar para a defensoria e que ela seja mais ativa;
- Dificuldade de acesso a recursos - a prefeitura não cumpriu o processo do trasnferegov para receber os recursos federais, que possibilitaria a execução de mais três serviços para a população de rua. O valor é de 1.1 milhão, esse valor foi articulado na época da enchente. Terá uma reunião dia 11/11 entre prefeitura e governo federal para resolver o repasse do recurso para o município. A proposta é que esse recurso chegue ainda esse ano ou no início de 2025.

Maria das Neves Sá Macedo Filha - UBM

- Os direitos das mulheres são os mais afetados. A enchente potencializou as violações dos direitos das mulheres e também a sua vulnerabilidade.
- Abrigos durante a enchente - inúmeras denúncias de assédios e abusos; necessidade de manutenção de abrigos destinados para mulheres e crianças.
- Ausência de políticas públicas para os abrigos.
- Casa violeta - atualmente atende 24 mulheres e 11 crianças, existe a necessidade de ampliar a equipe e as especialidades para poder atender e acolher melhor, ou ainda encaminhar para a rede especializada. É o primeiro abrigo para refugiadas climáticas da América Latina. O abrigo ficará ativo até maio de 2025. Já foram mais de 80 mulheres atendidas. A Casa tem interesse em se tornar um equipamento permanente na política pública.
- Principais demandas: questão da saúde mental das mulheres, transformar a Casa Violeta em uma política pública, permanência do abrigo indígena.



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF

Instagram Casa Violeta:

<https://www.instagram.com/casavioletars?igsh=MXNraWpwcTJmaW92eQ==>

-Relato da indígena que sofreu com ameaça de não receber os mantimentos necessários a não ser que se relacionasse sexualmente com o cacique. Ela denunciou ao conselho estadual. Conseguiu ir para um abrigo com a família.

-Mãe Patrícia demanda para que a Casa e o território possam ser protegidos e respeitados pelo estado brasileiro. Maister disse que o processo junto ao MiR está avançando.

-Abrigo indígena sem condições mínimas de dar conta do cuidado, ao mesmo tempo que a defesa civil tinha mantimentos para apoiar.

Ana Guljor - Associação Brasileira de Saúde Mental

- Visitaram cinco municípios do Vale do Taquari: Cruzeiro do Sul, Encantado, Lajeado, Muçum e Roca Sales. Foram conhecer alguns serviços de saúde mental nestas cidades;
- Na terça, 05/11, se fez um processo de escuta para ouvir a situação da saúde mental de Porto Alegre;
- Fragilidades da gestão nos municípios menores, além da dificuldade de mão de obra qualificada;
- Moradia é uma questão que afeta diretamente a saúde mental, falta de articulação entre município, estado e união principalmente na política de habitação, pessoas que não sabem para onde ou quando vão conseguir retornar para casa;
- Ponto muito importante - aluguel social: um terreno com cinco famílias, mas só tem direito a um aluguel social;
- Servidores da assistência estão com muita dificuldade de chegar nos territórios das ilhas;
- Dificuldade do acesso às informações das comunidades acompanhadas. Não tem cadastro das pessoas, ninguém sabe pra onde elas foram depois que saíram dos abrigos;
- Dificuldades de acesso dos serviços sociais que não dialogam entre município e estado;
- O desastre só evidenciou o que já não existia;
- Falta de letramento em desastres;
- Aglutinação dos CAPs em PoA.

Wenderson Gasparotto - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil)

- O que se viu do poder público foi: irresponsabilidade, inoperância e ineficiência;
- Relatou que viu os trabalhadores do SUS irem nos abrigos para tratar a saúde mental, sem apoio do estado;
- Ressaltou as atividades do MST, cozinhas, abrigos, resgates, limpeza e disse que a maior cooperativa de arroz orgânico ainda não foi devidamente apoiada;
- Está tendo apoio ao agronegócio, mas não para a cooperativa do MST, maior produtor de arroz orgânico;
- Relatou as ações do MTST durante a enchente, desde a cozinha da azenha até a ocupação;
- Apresenta que a sociedade civil que tem direitos violados pelo estado está dando conta de garantir os direitos humanos para as pessoas atingidas;



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF

- Diz que é necessário responsabilizar o estado (buscar justiça nas palavras do conselheiro). Aponta que o que aconteceu foi um crime contra a população;
- Fala da falta de manutenção comparando a homicídio;
- Imputar criminalmente o Estado.

Admirson M. Ferro Júnior - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

- Relatório sobre o impacto da IA nos direitos humanos; Realizaram uma atividade autogestionária sobre o tema da IA;
- Existe a necessidade de aprofundar esse debate;
- Durante a tragédia se percebeu a importância do jornalismo e da comunicação neste momento;
- Fala sobre o quanto a IA está presente hoje em dia na sociedade. É necessário aprofundamento no assunto para gerar as recomendações do conselho nacional de DH;
- Central de abastecimento integrado com 18 entidades.
- 14/11 - será realizado uma atividade sobre IA - híbrida

Júnior - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Agradeceu a Deputada Daiana, pois se não fosse as emendas, não teria essa possibilidade do CNDH estar reunido aqui;

- Visita em comunidades e retomadas indígenas:
 - Retomada Guarani na ponta do arado - os fazendeiros (empreendedores) dificultam ou não permitem a entrada, necessidade de chegar por barco; área está judicializada. Empreendimento imobiliário tem agravado e gerado conflitos com a comunidade, desde pequenos boicotes a ameaças. Precariedade total da retomada na educação e saúde;
 - Retomada Guarani na cidade de Viamão - ausência de escola, estão sem equipamento físico para a educação;
 - Retomada Pecurutã - Guarani em Eldorado do Sul - na beira da rodovia 290; muito precário, não tem nem vegetação para sombra. A aldeia se deslocou, pois a área que ocupavam foi destruída pela enchente. Já foram inviabilizados por conta da Mina Guaíba. Local da comunidade é onde haverá a duplicação da 290, não há um estudo de componente indígena para averiguar a possibilidade de realizar obras. Relatou que o DNIT aproveitou a situação da enchente para derrubar as casas. DNIT diz que irá garantir a realocação;
 - Retomada Kaigang - no Morro Santana - problemática territorial (disputa jurídica).
- O CNDH vai gerar um relatório minucioso e enviar para os órgãos pertinentes;
- Muita precariedade em todas retomadas: saúde, educação, alimentação e segurança.



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF

- Existe uma narrativa de que há muito território indígena, necessidade de combate dessas fakenews;
- Na região sul, sudeste, centro oeste e nordeste quase não existem Terra Indígena tituladas e regularizadas;

Maister - sec. da reconstrução - quem captura o recurso (orçamento) da reconstrução é os mesmos grupos financeiros. E se a reconstrução está sendo realizada nos marcos do estado capitalista, não existe mudança real. Habitação: início das entregas das compras assistidas.

Carlos Nicodemos - Movimento Nacional dos DH - Sistema de Segurança e Justiça

- Enfrentamento aos discurso de ódio e o crescimento das células neonazistas;
 - Relatoria criada em 2023;
 - Canoas - Unilassale - painel eletrônico com especialistas do Brasil sobre o crescimento do fascismo e neonazismo no Brasil;
 - ALRS - frente parlamentar antifascista do Leonel Radde: criação de uma lei estadual de enfrentamento ao discurso de ódio. Audiência pública. Como o sistema de segurança e justiça tem enfrentado essa questão;
 - Utilizam como base um relatório da ONU sobre o tema;
 - Trabalham com quatro elementos: cultura, educação, território e institucionalidade.
-

Relatos do público em geral presente na reunião:

Marcia - Themis

Trouxe sobre a violência sexual contra as mulheres.

- Qualquer emergência potencializa todas as questões de vulnerabilidades;
- As mulheres são afetadas desproporcionalmente: violação dos corpos e histórico/acúmulo do trabalho de cuidado;
- O que se tem na sociedade foi transportado para os abrigos, porém sem as ferramentas de combate a estas violências;
- Necessidade de protocolos dentro dos abrigos;
- Relatou que ficou baseado nos abrigos que existiram e os que ainda estão em operação.

Ni - MNLM

Apresentou as ações do movimento durante a enchente.

- O movimento está na perspectiva de que os impactos na habitação vão durar mais 10 anos;
- A população das ocupações não tem direito aos programas do governo federal, nem dos recursos que foram disponibilizados (compra assistida, auxílio reconstrução..);
- Limpeza da cidade, gentrificação com dinheiro federal através da compra assistida, retirada das pessoas do 4º distrito, por exemplo;



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF

Cacica Guarani (escolhida pela família)

- Saíram da aldeia devido a violência sofrida;
- Descaso dos órgãos públicos;
- Falta de assistência da FUNAI, só levam cesta básica para o abrigo.
- Necessidade de um território.

Representante do Codene

- Relatou a estiagem atingindo as comunidades quilombolas;
- Relatou a atuação durante a enchente, desde resgates até outras demandas;
- Codene sem estrutura e recursos para atuar;
- Fomento para agricultura quilombola;
- Edital do MINC que exige muita burocracia e dificilmente chegará na ponta. 30k para quilombos;
- Fundo de reparação da população negra no RS sem recurso.

-Existe uma frente parlamentar de enfrentamento à emergência climática.

-Participação das comunidades e dos movimentos sociais está sendo muito negligenciada.

-Ainda tiveram falas do MST, MTST, MAB, Professor Paulo Brack (Conselho Estadual do Meio Ambiente).

Agenda de formação da Fundação Gerações (Gestora do Fundo PoA para todos) - 03/12 - Biblioteca Pública do Estado do RS.

O encontro organizado pela fundação é uma prática que se iniciou após a Linha emergencial do Fundo PoA para todos, que atendeu 12 iniciativas de entidades periféricas atingidas pela enchente de Maio, com recursos de 20 mil reais para ser aplicado de forma livre pelas entidades. A fundação então agora está fazendo o acompanhamento destas entidades com formações, assessoria de comunicação, apoio na captação de recursos entre outros auxílios conforme a necessidade de cada entidade.

No encontro estavam entidades de Porto Alegre, do Sarandi, Restinga, Azenha e Humaitá, da cidade de Canoas e São Leopoldo também. O encontro também estava presentes empresas e pessoas físicas que doam diretamente para o Fundo PoA para todos, e o objetivo também era proporcionar conexões entre os doadores e os beneficiados, bem como propiciar um ambiente de troca entre as entidades beneficiadas pela linha emergencial do fundo de 2024.

Foram duas mesas focadas na realidade atual da filantropia no Brasil e outro focado nos fundos que atendem emergências climáticas, como de Brumadinho. Foram 3 fundos que apresentaram suas experiências.

Foi possível identificar que existiam muitos movimentos mais alinhados à direita ou pelo menos em consonância com a administração municipal. Para a entidade que a gente auxilia (Associação



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF

de Amigos da Comunidade Cabo Rocha), foi bem positivo o encontro na perspectiva de conexões com lideranças de diferentes territórios e também a relação com empresas e pessoas físicas que fazem doações para o fundo.

É o relatório.

Porto Alegre, 09 de novembro de 2024.

Carlos Alberto de Souza e Silva Junior

Assessor Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
Câmara dos Deputados



Documento assinado por:

16/12/2024 15:48 - Carlos Alberto de Souza e Silva Júnior

Selo digital de segurança: 2024-MSSG-XQRW-CGTA-NYEF